

# **Fundo libera parcela de 390 milhões**

## **Da sucursal de BRASÍLIA**

O Brasil saca hoje nova parcela de US\$ 390 milhões do financiamento ampliado do Fundo Monetário Internacional (FMI), informou ontem o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano. Ainda hoje, segundo o diretor do Banco Central, o Brasil, o México, a Venezuela e a Colômbia definem a amortização ou a rolagem da dívida contraída no final de março último pela Argentina — a parcela brasileira corresponde a US\$ 50 milhões — e, “tecnicamente, vencida ontem”.

Com o novo saque de hoje, previsto originalmente para o decorrer de junho, o Brasil já completa US\$ 1,04 bilhão levantado junto ao FMI, este ano. Em março, o FMI liberou a parcela de US\$ 394 milhões e, este mês, US\$ 256 milhões de financiamento compensatório da quebra de receita com exportações.

A dívida do Brasil ao FMI sobe para US\$ 3,69 bilhões. Além do ingresso de US\$ 1,04 bilhão este ano, o Brasil levantou US\$ 544 milhões em 1982 e US\$ 2,65 bilhões no ano passado. O País sacará duas outras parcelas de US\$ 390 milhões cada uma, do financiamento ampliado em setembro e dezembro, caso consiga manter o cumprimento das metas traçadas na quinta carta de intenções ao FMI.

Para verificar a execução das metas, a economista chilena do FMI, Ana Maria Jul, chefe-adjunta da Divisão do Atlântico, passou o dia de ontem nas secretarias Especial de Abastecimento e Preços, de Articulação com os Estados e Municípios e de Orçamento e Finanças, do Ministério do Planejamento. Com o desempenho favorável das contas externas, mas diante da inflação irredutível, Jul concentra o trabalho de avaliação da economia brasileira nos números da política fiscal, do orçamento monetário, da evolução do mercado financeiro e do déficit público.

## **ARGENTINA**

Hoje, Brasil, México, Venezuela e Colômbia definirão o que fazer diante da incapacidade argentina de pagar, até ontem, a dívida de US\$ 300 milhões acumulada com os países latino-americanos. No dia 30 de abril, os quatro países credores haviam concordado em promover a primeira prorrogação de prazo por 30 dias.